

## ARTIGO

## Comunidade e segurança pública: a paz se conquista com justiça social

Como forma de demonstrar seu compromisso perante a população campinense e sensibilizada com o aumento dos índices de violência que predomina em nossa cidade, reflexo, inclusive, do que acontece em todo o país, a União Campinense das Equipes Sociais - UCES vem realizando debates em torno da segurança pública no município de Campina Grande.

Além de estar em consonância com o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, promovida em todo o país pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e outras igrejas e transmitindo a mensagem de que "a paz é fruto da justiça", a UCES pretende colaborar na tomada de consciência de que a paz realmente só será possível se cada um assumir ou tomar para si a responsabilidade no que diz respeito ao problema da violência. Nesse sentido, a iniciativa da UCES é fundamental, uma vez que os debates realizados, o último contou com a participação do Tenente Coronel Marcus Marconi, comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, são dirigidos aos representantes de todas as comunidades da cidade, representadas por seus líderes comunitários. Estes têm tido a oportunidade de se manifestarem sobre o

clima de insegurança e medo que vem se instalando entre as pessoas e reivindicarem das autoridades competentes medidas que venham amenizar esse grave problema social.

As discussões promovidas pela UCES também têm funcionado como forma de preparação para a 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública que acontecerá nos próximos dias 21 e 22 de maio, com a participação desta entidade na coordenação. Nesse evento, a comunidade poderá colaborar significativamente na formulação de políticas públicas que precisam ser aplicadas urgentemente, além de garantir que a questão da segurança pública seja tomada como um direito fundamental. Por isso, a participação de todas as lideranças é indispensável, principalmente aquelas comprometidas com a promoção de uma cultura de paz, que, a nosso ver, só poderá ser construída se estiver fundamentada na justiça social.

João Batista Pereira da Silva  
Presidenteda UCES

## EDITORIAL

## A UCES e o desenvolvimento comunitário

Os movimentos comunitários estão sendo alvo de muita atenção e interesse dos políticos, das Ongs, dos segmentos universitários e acadêmicos, entre muitos outros representantes da chamada sociedade civil organizada, todos imbuídos de bons propósitos em defesa de mudanças sociais urgentes e necessárias.

Apesar das boas intenções de todos esses segmentos sociais, ainda são poucas as ações eficazes implementadas através da existência de políticas públicas consistentes que possibilitem, de forma concreta, as mudanças planejadas através de projetos de intervenção social. Ainda são escassas as ações mais abrangentes, integradas, com uma visão contemporânea de desenvolvimento associado a um conjunto de variáveis capazes de fortalecerem a concepção de cidadania e desenvolvimento nos espaços comunitários.

Nesse universo de reformulação dos conceitos e dos modelos de desenvolvimento na sociedade contemporânea, a UCES vem perseguindo de forma muito simples, mas também eficiente, o processo desenvolvimentista de seu público alvo através de ações diversas. Elas estão situadas entre a construção de novos conjuntos residenciais, projetos de esporte e lazer, inclusão digital, defesa dos direitos difusos, cidadania e efetivação dos direitos das mulheres, educação alimentar, atividades de cineclube e tantas outras que vão construindo o que se concebe como desenvolvimento humano. Em todas essas ações, a responsabilidade maior é com a humanização dos segmentos comunitários para que todos encontrem as condições necessárias para o seu protagonismo social, político, educacional e cultural na sociedade. Faz sentido, portanto, as parcerias para que as metas da entidade sejam alcançadas através de projetos diversos que estão modificando os espaços comunitários na cidade de Campina Grande.

Esta é uma publicação da União Campinense das Equipes Sociais - UCES em parceria com o Depto. de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba  
Endereço: Rua Pe. Ibiapina, 144, Centro - Campina Grande/PB CEP: 58103-560  
Telefones/Fax: (83) 3342-0054/ 3341-0054 Página na Internet: www.ucescg.com.br  
CONSELHO DIRETOR: João Batista (Presidente), Socorro Nascimento (Vice-Presidente), Emmanuel Souza (1º Secretário), Dalva Lúcia (2º Secretária), Marizardo Barbosa (1º Tesoureiro) e Fernando Jordão (2º Tesoureiro).  
CONSELHO FISCAL: Ednaldo Pereira, José Ferreira, Paulo Alves, Sandra Lúcia, Aderaldo Joaquim e Luciano Rodrigues.

CONSELHO EDITORIAL: João Batista (UCES), Romualdo Figueiredo (UCES) e Luiz Custódio (UEPB)

Supervisor e Coordenador de Extensão: Prof. Dr. Luiz Custódio

Edição: Rayanne Araújo

Projeto Gráfico e Diagramação: Gabriel Alves e Hermano Junior

Repórteres: Nayara Brito, João Sales, Sabrina Lima, Carlos Queiroga, Silas Batista, Evelylyn Lima, Sandra Belê, Ivan Cruz, Carolynne Ferraz, Millena Paula, Larissa Costa, Pricila Azevedo, Allan Fernando, Taiguara Rangel, Jefferson Medeiros, Ana Luiza Fernandes, Sandra Guedes, Biana Alencar, Sidney Andrade e Rayanne Araújo

NOVIDADE

# Restaurante Popular será inaugurado no Distrito Industrial em Campina

*O programa do Governo Federal constrói mais um Restaurante Popular em Campina Grande*

Nayara Brito

João Sales

Está prestes a ser inaugurado o segundo restaurante popular de Campina Grande, localizado no Distrito Industrial desta cidade. Numa obra de 1 milhão e 200 mil reais financiada pela Caixa Econômica Federal e sob a organização e supervisão de Evanildo da Silva, o Restaurante Popular do Distrito Industrial ainda não tem data prevista para sua inauguração, mas já desperta o entusiasmo na comunidade beneficiada. Desde o mês passado, quando foi recebido o prédio, sua estrutura vem sendo preparada, com as instalações das máquinas - fogões industriais, estufas, câmaras frigoríficas, etc. -, a preparação e o treinamento dos funcionários - cerca de 20, que vão de cozinheiros a recepcionistas - a contratação de nutricionista, a adaptação de banheiros para deficientes físicos, tudo para atender da melhor e mais organizada forma possível os seus clientes. O restaurante pretende chegar a servir 3.500 refeições diárias, que pode aumentar de acordo com a demanda. A diferença deste restaurante para o do Centro da cidade é que neste caso, o prédio foi projetado para ser de um restaurante popular, ou seja, foi dividido em salas de armazenamento de alimentos, outras para produtos de limpeza, outras para as câmaras frigoríficas, mais uma para a administração e assim segue, diferentemente da unidade I do restaurante, situada no Shopping Centro Edson Diniz, que teve o espaço aproveitado para isso. Outra novidade dessa unidade é a utilização da energia solar como forma de aquecimento da água, pois, é ideal que os talheres, pratos e copos sejam lavados com água morna, uma vez que é mais higiênico. A utilização dessa nova forma de energia vai proporcionar uma economia nos custos, visto que, o uso da energia elétrica eleva os gastos. Pensado de acordo com a realidade dos moradores e trabalhadores do bairro, o restaurante, contudo, não restringe o atendimento apenas a eles. Estará aberto para receber a todos, indiscriminadamente, de forma igualitária, com a cobrança simbólica de um real, mesmo valor exigido nas seis



Arquivo UCES

## Cozinha Comunitária da Liberdade atende em média 300 pessoas por dia

cozinhas comunitárias da cidade e no restaurante popular do centro de Campina Grande. Acredita-se que, assim como nos demais bairros contemplados, a vida da população será facilitada - e o seu bolso poupado. Por exemplo: se um trabalhador que considerava inconveniente almoçar em casa antes pagava cerca de R\$ 5,00 por refeição, nos "restaurantes privados" dos arredores das empresas, em breve poderá pagar apenas R\$ 1,00. Trocando em miúdos, o que antes ele gastava para se alimentar num dia renderá para uma semana inteira de trabalho! Com relação às cozinhas comunitárias, pode-se citar a da Liberdade como um bom exemplo, a qual é dirigida pelo senhor Odilon Tavares Filho, que também é o coordenador geral das outras cozinhas da cidade. Esta unidade só foi alcançada graças ao empenho da presidente da SAB desse bairro, a Sra. Emília Nogueira, que naquela época conseguiu através de pedidos e ofícios para o responsável pelo programa na época, o vice-prefeito José Luis Júnior, trazer a cozinha para a comunidade. Em funcionamento desde outubro de 2007, a Cozinha Comunitária da

Liberdade atende em média 300 pessoas por dia, sob a mesma taxa simbólica de um real, das 11h00 à 13h00, oferecendo ainda embalagens para quentinha. Segundo o coordenador geral, o senhor Odilon, é uma forma de "manter a unidade familiar. A mãe ou o pai podem vir aqui e levar até três quentinhas para casa. Assim, a família pode almoçar unida e mais à vontade no próprio lar". A preocupação com o limite é evitar que pessoas de má fé venham a comprar quentinhas em grande quantidade e revender com valor mais alto em outros bairros, "sabotando" a população local. Na unidade da liberdade trabalham seis pessoas na cozinha, três na vigilância e uma responsável pela nutrição, no balanceamento do cardápio que, assim como nos restaurantes, é variado. Além da Cozinha da Liberdade, outras cinco estão espalhadas, nos bairros de José Pinheiro, Malvinas, Bondocongó, estas duas últimas também com parcerias com as SAB's, e nos distritos de Galante e São José da Mata. A previsão dos responsáveis pelo programa é levar as cozinhas ainda para os bairros do Catolé e de Jeremias.

## MORADIA

## Moradores entram na justiça para reaver direito à Seguro Habitacional

*Seguradoras poderão reembolsar moradores campinenses residentes em casas que tenham danificações provenientes da construção*

Rayanne Araújo  
Sabrina Lima

A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Federação Paraibana do Movimento Comunitário (FEPAMOC) e União Campinense das Equipes Sociais (UCES) estão buscando junto à justiça o direito de reembolso do seguro do sistema Financeiro de Habitação, pago pelos moradores nas prestações das casas financiadas pela Caixa Econômica, Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP) e Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) que apresentam danificações na sua estrutura física. A parceria das entidades visa processar as seguradoras, garantindo o direito dos moradores serem ressarcidos. Os proprietários das casas construídas pelo projeto Moradia Digna que apresentam rachaduras, danos no telhado, nível abaixo da rua, ou problemas provenientes da construção, podem se inscrever no projeto, porém as que foram doadas não terão direito a indenização. E no caso dos imóveis já vendidos, os atuais donos serão os beneficiados. Para se cadastrar o morador deverá levar a escritura ou documentos que comprovem o pagamento da casa na SAB do bairro ou aos representantes do projeto na UCES. Levará de um ano e seis meses a dois anos para que seja julgada a causa, onde cada situação será avaliada separadamente. Nesse período serão realizadas visitas de peritos e fotógrafos, para anexar a documentação nos autos, e cada um poderá acompanhar o andamento com o número do processo pelo site da Justiça Estadual ([www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br)). A presidente da SAB do Conjunto Severino Cabral, Sra. Iracema de Medeiros Silva, que já presenciou a entrega dos cheques como pagamento aos moradores de Florianópolis que ganharam esse tipo de



causa, relatou que o projeto é de grande seriedade e que ela mesma viu e afirmou que quem não participar "está perdendo e muito". Os bairros Chico Mendes, Malvinas, Jardim Paulistano, Presidente Médici e Severino Cabral já participam no projeto. De acordo com a Sra. Iracema de Medeiros, as entidades envolvidas com esse projeto pretendem que outras comunidades de Campina Grande sejam contempladas com esse benefício. Só no Severino Cabral já são mais de mil casas participando do processo. A moradora Cilene Cavalcante de Alcântara, 40 anos, residente neste bairro, afirmou não saber do direito ao seguro e que só teve conhecimento quando recebeu um panfleto enviado às casas. Ela relatou estar muito ansiosa com o resultado da causa, e que vai esperar pelo direito que tem. Salientou, ainda, que "a esperança é total, eu sei que é demorado, mais eu vou aguardar" e que, realmente, espera ser ressarcida, devido a sua casa está entre as que apresentam diversos problemas estruturais. Para os moradores dos bairros que não têm entidade envolvida ou quiserem obter outras informações sobre todo o projeto e os procedimentos a serem desenvolvidos, os representantes do Conjunto Severino Cabral estão se disponibilizando para os esclarecimentos e encaminhamentos aos interessados. A sede está funcionando na Casa da Comunidade, localizada na Rua Maestro Nilo Lima, número 86, no expediente da manhã e tarde.

## ATITUDE

## UCES repudia atitude parlamentar

Welitania Alves  
Rebeca Zavaski

A UCES, bem com as associações de moradores dos bairros e as SABs de Campina Grande, aprovaram de forma unânime, no último mês de fevereiro, uma moção de repúdio à atitude do vereador João Dantas, que, em uma emenda à Lei Orçamentária Anual 2009 do município, propôs a transferência dos recursos destinados às "Ações de Inclusão Social e Comunitária", no valor de R\$ 235 mil, para um projeto de sua autoria. De acordo com o presidente da UCES, João Batista, o vereador João Dantas, em nenhum momento, apresentou quaisquer justificativas para o veto feito ao repasse de verbas para as associações de bairros. Ele ressalta ainda que o vereador é um dos críticos mais ferrenhos da atual gestão municipal, a quem, conforme esclarece, caberia coordenar a distribuição e aplicação dos recursos. "A UCES apenas repassaria à prefeitura quais seriam as principais reivindicações dos moradores. E esses moradores não podem ser punidos pela disputa política entre Câmara Municipal e Poder Executivo", finaliza Batista. Representante da SAB do Castelo Branco, Lúcio Ricardo concorda com o pensamento do presidente João Batista no sentido da motivação do veto do vereador. "É lamentável que as comunidades mais carentes de Campina Grande não possam ter seus anseios atendidos e, conseqüentemente, sejam punidas apenas por disputas políticas", conclui o representante. Por sua vez, o vereador João Dantas, diversas vezes procurado pela equipe do Jornal da UCES não foi localizado para maiores explicações sobre o assunto, e continua sem prestar quaisquer esclarecimentos à sociedade. Cabe afirmar que a Câmara Municipal de Campina Grande, após todos esses impasses, irá reavaliar, nos próximos dias, as conseqüências da atitude do político campinense.